

AS INSTITUIÇÕES E A FORMAÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO EM PERNAMBUCO¹

Andréia Santos²

Resumo

O presente trabalho tem como finalidade discutir a formação do campo científico em Pernambuco a partir da implantação de instituições de pesquisa, ensino e fomento no Estado e como tais instituições contribuíram para a consolidação do referido campo. Além disso, debater como o *habitus* científico foi reproduzido entre os agentes através das práticas cotidianas (o saber-fazer) incorporadas no âmbito de tais instituições. Para isso, o referencial teórico se respaldou na teoria bourdieusiana, especialmente no que se refere à ideia de *campo científico* e *habitus*. No que se refere aos procedimentos metodológicos, foram utilizadas fontes documentais e bibliográficas, bem como entrevistas semi-estruturadas com pesquisadores da comunidade científica pernambucana. Os dados da pesquisa revelaram que os agentes da comunidade científica local reproduzem práticas universais do campo científico e que as instituições de ensino e pesquisa, além da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), são microcosmos do campo científico.

Palavras-chave: Campo científico. *Habitus*. Facepe. Pernambuco.

The institutions and formation of the scientific field in Pernambuco

Abstract

This article discusses the formation of the scientific field in Pernambuco taking into account the implementation of research, teaching and promotion institutions and how these institutions contributed to the consolidation of that field. Also, discuss how scientific habitus was played its role among the agents through the practices (know-how) incorporated within such institutions. For this, the theoretical framework was endorsed in Bourdieusian theory, especially related to the idea of scientific field and habitus. As regards to the methodological procedures, documentary and bibliographical sources and semi-structured interviews with researchers from Pernambuco scientific community were used and/or made. The survey data revealed that agents of the local scientific community reproduce universal practices of the scientific field and the institutions of education and research, in addition to the Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco [Foundation for Science and Technology of the State of Pernambuco (Facepe)], are microcosms of the scientific field.

Keywords: Scientific field. *Habitus*. Facepe. Pernambuco.

¹ Para citar este artigo: SANTOS, Andréia. As instituições e a formação do campo científico em Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.28, n. 2, p. 39-64, jul/dez, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

² Mestre em Sociologia e Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFS. E-mail: andreiasantos25@gmail.com.

Instituciones y la formación en el ámbito científico Pernambuco

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo discutir la formación del campo científico en Pernambuco desde la implementación de las instituciones de investigación, la enseñanza y la promoción del Estado como tal y las instituciones contribuido a la consolidación de ese campo. Además, discutir cómo se jugó habitus científico entre agentes a través de las prácticas cotidianas (know-how) incorporados dentro de tales instituciones. Para ello, el marco teórico fue refrendado en la teoría bourdieusiano, especialmente con respecto a la idea de campo científico y habitus. En cuanto a los procedimientos metodológicos, documentales y las fuentes bibliográficas y se utilizaron entrevistas semi-estructuradas con los investigadores de Pernambuco comunidad científica. Los datos de la encuesta revelaron que los agentes de la comunidad científica local reproducen prácticas universales de la esfera científica y las instituciones de educación e investigación, además de la Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco [Fundación para la Ciencia y Tecnología del Estado de Pernambuco (Facepe)], son microcosmos del campo científico

Palabras clave: campo científico. *Habitus*. Facepe. Pernambuco.

IN PRESS

INTRODUÇÃO

Este escrito tem como finalidade discutir a formação do campo científico em Pernambuco, a partir da implantação de instituições de ensino, pesquisa e fomento, bem como suas contribuições para existência do referido campo³. Em outras palavras, o objetivo é realizar, em certa medida, uma genealogia do campo científico local, que se consolidou por meio da criação das instituições UFPE, UFRPE, Fundaj etc., desdobrando, inclusive, na criação de uma agência estadual de fomento à pesquisa (a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – Facepe). Ainda é relevante mencionar que, mesmo considerando a importância e a aproximação do tema deste artigo com o debate da Sociologia da Ciência e da Tecnologia, não é este o foco da discussão aqui proposta.

O artigo está estruturado em duas dimensões centrais: a) discussão sobre a constituição do campo científico em Pernambuco, por meio da criação de instituições de ensino, pesquisa e fomento e; b) e como tais instituições contribuíram para a reprodução do *habitus* na comunidade científica local nas práticas dos agentes (pesquisadores), nos modos de fazer-se cientista, que se expressou no surgimento da Facepe.

A partir disso, é relevante mencionar que este trabalho baseia-se na abordagem de Pierre Bourdieu, especialmente através das categorias analíticas *habitus* e campo científico. A noção de *habitus* é compreendida neste escrito como a reprodução das práticas incorporadas pelos agentes quanto ao modo de fazer-se cientista, do saber-fazer da ciência, apreendido através de experiências anteriores. Essa questão pode ser considerada, também, como uma cultura científica, um modo de ser e agir, um *ethos*⁴, certa máxima que orienta as práticas sociais dos agentes no (e do) campo científico. Sob o ponto de vista bourdieusiano, “o campo científico é, tal como outros campos, o lugar de

³ O presente artigo é resultado da pesquisa dissertativa concluída em 2012 junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no que, em linhas gerais, objetivou analisar a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), suas práticas (gestão e funcionamento) e sua relação com os agentes (pesquisadores). A pesquisa contou com bolsa da CAPES.

⁴ Na presente discussão, a ideia de *ethos*, baseia-se em Max Weber (2004) e se aproxima da noção de *habitus*, cultura científica, o fazer da ciência e o fazer-se cientista. *Ethos* é uma sistematização da conduta de vida baseada numa ética, em normas, que atuam como a máxima orientadora de vida presente na ação social dos sujeitos/indivíduos.

lógicas práticas, mas com a diferença de que o *habitus* científico ser uma teoria realizada, incorporada” (BOURDIEU, 2008, p.61, grifo do autor), ou seja, o *habitus* científico – mesmo possuindo questões de ordem mais geral – guarda em si singularidades típicas ao campo em questão. E é isso que desejamos explorar: as especificidades do *habitus* científico e do campo científico em Pernambuco. De modo geral, segundo Bourdieu (1996, p.144, grifo do autor), é possível entender *habitus* como “um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo”.

No que se refere à noção de campo⁵, mais especificamente de campo científico, a mesma é incorporada neste escrito seguindo, também, uma abordagem bourdieusiana. Sendo assim, campo científico é definido como “[...] um campo de forças dotado de uma estrutura e também um espaço de conflitos pela manutenção ou transformação desse campo de forças” (BOURDIEU, 2008, p. 52). Vale acrescentar que no presente escrito “falar de campo, significa romper com a ideia de que os cientistas formam um grupo unificado ou até homogêneo” (Idem, p.67). Pelo contrário, “o que se observa são conflitos, por vezes ferozes, e competições no interior das estruturas de domínio” (idem, p.68).

Cabe ainda salientar que tanto a noção de “campo científico” e de “*habitus*” são conceitos universais e a finalidade de utilizá-los no presente texto é relacionar e aproximar este debate a uma questão local, um caso particular (a formação da comunidade científica em Pernambuco, enquanto criação de instituições). Isto é, as questões locais não estão desvinculadas às universais, pelo contrário, se alimentam e se reproduzem mutuamente, mas possuem algumas particularidades que devem ser entendidas. Vale acrescentar ainda que a ideia de *habitus* já foi abordada por diversos autores e pesquisas, no intuito de desvelar inúmeras especificidades, ora sobre o *habitus* contido nas estratégias de posse de terra praticadas por camponeses (GODOI, 1999) ou

⁵ Ao analisar as noções de Bourdieu acerca do campo, Renato Ortiz escreveu: “O campo é o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores, entre interesses específicos pertinentes à área em questão. Por exemplo, o campo da ciência define-se pelo embate em torno da autoridade científica; campo da arte, pela disputa sobre a legitimidade dos objetos artísticos. Dentro desta perspectiva, resolve-se o problema da adequação entre a ação subjetiva e objetividade da sociedade, pois todo ator age no interior de um território socialmente dado. A prática, conjunção do *habitus* e da situação, ocorre desta forma no seio de um espaço que transcende as relações intersubjetivas dos atores. A eficácia da ação encontra-se assim prefigurada, o que implica dizer que somente são realizadas as ações que podem realmente se efetivar” (ORTIZ, 2002, p. 162.)

no estilo de vida e sociabilidade existentes na sociedade contemporânea (ALENCAR, 2008), ora para compreender o campo intelectual e o ostracismo que se abateu sobre a produção científica do pensador social Manoel Bomfim (AGUIAR, 2000).

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa fundamentou-se nos seguintes aspectos: 1) pesquisa bibliográfica sobre o campo científico em Pernambuco (dissertações, teses, artigos, sites, livros); e 2) entrevistas semi-estruturadas com pesquisadores vinculados às principais instituições de ensino e pesquisa de Pernambuco, bem como a agência de fomento de Ciência e Tecnologia (C&T) no aludido estado, que é a Facepe.

O CAMPO CIENTÍFICO EM PERNAMBUCO

Inicialmente é importante fazer um breve percurso na história da formação do campo científico em Pernambuco e, assim, trazer para o debate a relevância que a Faculdade de Direito do Recife (FDR) teve para o mesmo. Esta Instituição foi criada em 1827 e se tornou cenário privilegiado de muitas transformações políticas, religiosas e sociais em Pernambuco, uma vez que importantes intelectuais da época estavam a ela vinculados, a exemplo de Joaquim Nabuco, Castro Alves, Tobias Barreto, Sílvio Romero, etc. Ao longo do tempo, a FDR foi o espaço social no qual o campo acadêmico deu seus primeiros passos em solo pernambucano e também brasileiro. Outro fator relevante é que é desta instituição que as propostas políticas e sociais para o Estado eram discutidas (MOURA, 2010).

Nesse sentido, muitos intelectuais, especialmente os ligados à FDR, mantiveram relações políticas, ocupavam cargos e - por isso mesmo - elaboravam projetos que buscavam dar diretrizes políticas e sociais ao País e a Pernambuco (Idem, 2010). Assim, temas como proclamação da república, defesa da monarquia, escravidão, abolição, branqueamento, federalismo, republicanismo eram focos dos debates e propostas que de lá saíam. Cabe salientar que o próprio Joaquim Nabuco tinha sido um dos expoentes da campanha abolicionista no Brasil, publicando um livro manifesto que foi um marco, *O abolicionismo* em 1883; e no ano seguinte fez uma cruzada nas eleições de 1884, quando disputou uma vaga para câmara dos deputados (NABUCO, 1988).

Além disso, um dos mais importantes impactos para o debate filosófico e político nacional explicita o valor, na época, do curso de direito do Recife. Na segunda metade do século XIX, surge na capital pernambucana uma corrente de intelectuais que ficou conhecida como a Escola do Recife. Essa promoveu a ampliação de uma discussão teórica que influenciou intelectuais que circulavam na cidade do Recife no período, onde dentre outros se destacaram Tobias Barreto e Silvio Romero, que a lideraram⁶. A Escola do Recife desenvolveu-se entre acadêmicos como uma alternativa aos debates das “ideias novas”, criticando as correntes religiosas do positivismo e das Ciências Sociais vigentes nessa época. As propostas objetivavam, dentre outras questões, discutir caminhos para as Ciências Sociais e Jurídicas e sua aplicação ao desenvolvimento sócio-político do País (MOURA, 2010). Tudo isso mostra, inclusive, o conhecimento e a relação que os intelectuais recifenses tinham com as questões internacionais sobre ciência e política.

Ademais, essa situação revela que os campos, acadêmico e o político, viviam numa intensa simbiose, onde ambos se alimentavam um do outro para realizarem seus debates e legitimarem suas teses. No que concerne a essa simbiose, Francisco Weffort (2006) afirmou que, até a década de 1930, os intelectuais não se furtaram em casar suas teses acadêmicas com os dilemas e propostas de intervenções políticas no Brasil, a saber, teses políticas eram também argumentos acadêmicos e vice-versa, fato que esteve presente nas concepções de autores já frisados (Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Sílvio Romero), bem como as contidas nos escritos de Manoel Bomfim, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna. Havia nesses homens o que se pode chamar de conceitos pré-sociológicos, porque várias de suas abordagens ainda vão estar presas à esfera filosófica, jurídica, ideológica e/ou política sem que houvesse um maior rigor metodológico em termos científico.

⁶ Nunca é demais lembrar que Tobias Barreto foi um dos principais críticos do positivismo, sendo influenciado diretamente pela literatura alemã, de onde vem sua base evolucionista, a exemplo de Kant e Marx. Tobias Barreto conseguiu reunir vários intelectuais, que se fizeram seus seguidores. Entre eles, podemos destacar: Clóvis Beviláqua, Gumercindo Bessa e Fausto Cardoso. Com sua nomeação e, portanto, com o reconhecimento de seus seguidores (seus pares) para Professor da Faculdade de Direito, a instituição que anteriormente defendia as ideias de uma classe social favorecida e se alinhavam a uma visão política de direita, passou a desenvolver debates político-sociais mais intensos, se tornando um ambiente de reflexões teóricas e discussões sobre mudanças políticas do país (MOURA, 2010). Sílvio Romero também foi influenciado pelo positivismo, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, juntamente com Machado de Assis e ficou conhecido pelo seu temperamento forte e pelos textos críticos dirigidos à elite, pois a considerava responsável pelos problemas que o país atravessava. Uma das grandes polêmicas do referido pensador foi sua defesa ao branqueamento da raça brasileira (DIMAS, 2009).

O que aqui se busca mostrar é que a história do conhecimento científico em Pernambuco, destacando acima o papel da FDR e os debates que dela surgiram, por meio de seus intelectuais, como o exemplo da Escola do Recife, possibilitou o início da caminhada de consolidação, dessa época em diante, de um campo acadêmico e científico. Isto é, a cada década que se seguiu ao surgimento da referida Faculdade foi sendo tecida uma autonomização do campo científico e acadêmico em Pernambuco, com suas próprias regras, cultura de funcionamento, atributos próprios, habitus, um jeito de fazer ciência e de ser cientista, que revelou a expressão da qualidade do campo científico e da comunidade científica no estado.

A cada passo da institucionalização da ciência e dos cientistas consolidou-se, ao mesmo tempo como algo necessário, o nascimento e difusão de um habitus acadêmico entre aqueles que passaram a integrar a comunidade científica local. Esse campo científico passou a ganhar autonomia frente a outros campos (o político e econômico) sem, contudo, deixar-se de influenciar e ser influenciado por eles. É claro e evidente que essa autonomização e a conseqüente institucionalização da atividade científica não foram algo exclusivo ao estado de Pernambuco, porque isto foi um fenômeno de proporções nacionais (a exemplo do caso da USP e a chegada de professores estrangeiros como Claude Lévy-Strauss), devido, em larga medida, ao modelo de ciência e de cientista inspirados na Europa e nos EUA, que proliferou no Brasil enquanto uma linguagem universal da própria ciência.

Nesse sentido, a ampliação do processo de institucionalização representou a consolidação de um habitus típico das pessoas de ciência, seu distanciamento dos padrões de intelectuais do século XIX e início do XX tão típicos à FDR. Habitus esse que é comum e universal aos cientistas, pois – por mais que eles façam parte de uma comunidade local – jamais deixam de pertencer a um corpo universal do fazer científico, algo típico do ideário moderno de ciência, de seu paradigma fundante. Ademais, outro componente típico da autonomia do campo científico, das instituições que a fazem e de sua reprodução, em termos gerais, é que os próprios pesquisadores e suas atividades de pesquisas recriam-se, são superadas e se renovam em seus próprios orientandos, estudantes, que conferem, com isso, continuidade ao habitus acadêmico em seu sentido mais geral, pleno, ao próprio campo científico.

Então, é por meio das práticas produzidas e reproduzidas pelos pesquisadores que as instituições se consolidam, firmam-se e podem ser reconhecidas, dentro e fora do referido campo científico e acadêmico. É através da atuação dos pesquisadores e da existência das instituições (ensino e pesquisa) que a atividade científica encontra sua razão de ser. Sob este aspecto importa mencionar o depoimento do Professor Ivon Palmeira Fittipaldi⁷ sobre o mérito conferido à atuação dos pesquisadores:

Um pesquisador é importante ao publicar trabalho, ao divulgar o que ele faz. Também é importante quando orienta um estudante de iniciação [científica], mestrado e doutorado. A formação de recursos humanos é fundamental, essa é a vida do pesquisador! Se ele é estéril, se ele não produziu ninguém, ele pode até ser um excelente pesquisador, pode ter dado uma grande contribuição a um campo da ciência, mas ele é assimétrico, ele não é completo, não é pleno, porque ele não contribuiu em tudo (Prof. Dr. Ivon Fittipaldi, ex-diretor científico da Facepe e atual Coordenador da Representação Regional do MCT no Nordeste - ReNE/MCT – 18/08/2011).

A partir do exercício da profissão de cientista, do habitus de pesquisador, principalmente no que se refere à sua capacidade de formar novos pesquisadores, é que as instituições fortalecem-se e cumprem sua função, ao reproduzir-se e ser reproduzida pelo campo científico e seu habitus peculiar.

É válido ressaltar que as universidades e centros de pesquisa (federais e estaduais), que surgiram posteriormente ao Curso de Direito, fortaleceram o desenvolvimento científico e tecnológico de Pernambuco. Foram elas que permitiram o desenvolvimento de pesquisas, nas mais diversas áreas do conhecimento, oportunizando a formação de recursos humanos, e, portanto, a construção de um campo científico e de uma comunidade científica que se consolidou através de instituições expressivas que surgiram entre fins do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, com suas regras específicas de funcionamento e organização, como foram os casos da Escola de Engenharia de Pernambuco, de 1895; da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), de 1912 (SANTOS; LIMA; MACIEL, s/d), que posteriormente deu origem a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)⁸; da Faculdade de

⁷ “Professor Titular e um dos fundadores do Departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Além de diversos cargos na UFPE, foi Diretor Científico da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do estado de Pernambuco - FACEPE (97-99). Atualmente é Coordenador-Geral da Representação Regional do Ministério da Ciência e Tecnologia no Nordeste (ReNE/MCTI)”. Informações disponíveis em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em 13/03/2012.

⁸ Embora a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ), campus de Piracicaba, da Universidade de São Paulo (USP) tenha sido criada por decreto em 1900, com o nome de Escola Agrícola Prática de Piracicaba, ela só vai se constituir em espaço de ensino superior em 1925, quando recebe o

Medicina do Recife, de 1920; da Escola de Belas Artes de Pernambuco, de 1932; do Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA), datado de 1935 (ver Quadro abaixo). Tais espaços tornaram-se a materialização do campo científico e de seu *habitus*, e, dessa maneira, representam sua gênese e desenvolvimento em Pernambuco, dentro de um quadro de autonomia do espaço científico

É nesse sentido que o texto tem sua continuidade, ou seja, faz uma relação do campo científico com a implantação de instituições de ensino e pesquisa (estaduais e federais) no estado, as quais são as responsáveis pela consolidação do *campo* bem como a reprodução do *habitus* (práticas universais dos cientistas, identidade coletiva).

AS INSTITUIÇÕES E A REPRODUÇÃO DO *HABITUS* CIENTÍFICO EM PERNAMBUCO

Diante do que foi destacado acima, objetivou-se compreender e analisar o processo de institucionalização do campo científico, de acordo com dois movimentos, que se encontraram, e que se produzem e reproduzem mutuamente: primeiro, a construção de uma cultura científica, isto é, de um *habitus*, um *ethos* acadêmico, que se liga à constituição de instituições públicas de ensino e pesquisa e como isso repercutiu em Pernambuco, sem as quais não seria possível o fazer-se cientista; segundo, o nascimento e desenvolvimento de um *corpus* burocrático (universidades e institutos de pesquisa) que só foi possível devido à produção e reprodução de um *habitus* acadêmico, de um fazer científico, de um ser cientista, de um tipo particular de profissional (o homem da ciência) vinculado ao aparato do Poder Público, à burocracia, à institucionalização.

Assim, o quadro abaixo possibilita a visualização de um panorama das instituições em Pernambuco, tal fato reflete diretamente o fortalecimento, tanto da comunidade científica local, como o desenvolvimento da ciência no estado. Portanto, tais questões remetem, de um lado, à consolidação do campo científico, e, do outro, à incorporação do *habitus* do cientista:

nome definitivo de ESALQ. Isso aconteceu, portanto, 13 anos depois da criação da Escola Superior de Agricultura, em Pernambuco. A UFRPE tornou-se, portanto, desde seu início uma referência na área da agronomia e veterinária no Norte-Nordeste. Fonte: http://www.esalq.usp.br/instituicao/linha_do_tempo2.htm. Acesso em: 15 nov. 2013.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA EM PERNAMBUCO			
INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO	ANO DE CRIAÇÃO	ESFERA	ATIVIDADE
Faculdade de Direito do Recife ⁹	1827	Federal	Ensino
Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco	1862	Estadual	Cultura
Escola de Engenharia de Pernambuco	1895	Federal	Ensino
Escola Superior de Agricultura ¹⁰	1912	Estadual	Ensino e Pesquisa
Faculdade de Medicina do Recife ¹¹	1920	Federal	Ensino
Escola de Belas Artes de Pernambuco	1932	Federal	Ensino
Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA)	1935	Estadual	Pesquisa
Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP)	1942	Federal	Ensino e Pesquisa
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1946	Federal	Ensino, Pesquisa e Extensão
Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)	1949	Federal	Pesquisa
INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO	ANO DE CRIAÇÃO	ESFERA	ATIVIDADE
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM/Fiocruz)	1950	Federal	Ensino e Pesquisa
Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (LAFEPE)	1966	Estadual	Pesquisa
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	1967	Federal	Ensino, Pesquisa e Extensão
Universidade de Pernambuco (UPE)	1968	Estadual	Ensino, Pesquisa e Extensão
Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco (HEMOPE)	1977	Estadual	Pesquisa
Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe)	1989	Estadual	Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica

Fonte: Elaboração Própria

Antes de discutir o quadro, há alguns aspectos importantes a serem destacados. O interessante a ser frisado sobre a criação dos quatro primeiros cursos superiores em Pernambuco é que os mesmos não deixaram de reproduzir as aspirações de uma elite e uma noção hegemônica e clássica das áreas mais legitimadas do saber científico (Direito, Engenharia, Medicina e Agronomia). Nesse sentido, tanto a institucionalização, quanto a prioridade por determinados cursos não deixam de ter conexões com as demandas e aspirações econômicas, políticas e sociais da sociedade pernambucana, em especial das elites locais¹². Vale ressaltar, conforme Schwartzman

⁹ A Faculdade de Direito do Recife foi incorporada à UFPE em 1946. Estas informações encontram-se disponíveis em: http://www.ufpe.br/ccj/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=188. Acesso em: 15 nov. 2013.

¹⁰ Passou a ser denominada UFRPE em 1967.

¹¹ Foi incorporada à UFPE em 1946.

¹² As duas expressões mais claras disso, no que diz respeito ao campo econômico, são as Escolas de Engenharia e Agricultura. No caso da primeira área, seu surgimento buscou responder à expansão das indústrias e modernização urbana do Recife e Olinda; e a segunda, o atendimento de pesquisas para o desenvolvimento da agricultura no estado, que tinha sua economia sustentada na agricultura.

(2001, p. 73), que “a formação em Direito¹³ provavelmente ainda era vista como o melhor destino para os filhos da elite local no Recife decadente e na São Paulo que estagnava, e as duas cidades obtiveram as escolas que almejavam”. Decadência essa que não significou o poder de influência de Pernambuco em termos nacionais e, principalmente, regional (ANDRADE, 2005).

No caso da Escola Superior de Agricultura, as demandas por esse campo do conhecimento têm íntima relação com as necessidades das elites agrárias, fato que não diferencia Pernambuco de outras unidades federativas. Para Mary Del Priori e Renato Venâncio (2006), a escola superior de agronomia surgiu numa conjuntura ocasionada pela abolição e pós-abolição, sendo uma forma de resposta às necessidades de modernização produtiva demandadas pelas elites rurais; e é sob tal perspectiva que essas instituições “se diferenciam das faculdades de direito e medicina, surgidas antes da Independência do Brasil. Outro traço que realça o vínculo entre o fim da escravidão e as tentativas de modernização de nossa agricultura – ou seja, de difusão de novos padrões culturais e educacionais [...]” (Idem, p. 184). Tal aspecto justifica o aparecimento da Escola Superior de Agricultura (1912) e do Instituto de Pesquisas Agronômicas (1932) em Pernambuco, visto que as classes ligadas à produção do açúcar tinham um peso importante nas definições dos rumos econômicos, políticos e estatais no estado, e dependiam, para sua recriação, em vários aspectos, de descobertas e inovações científicas para as atividades agrícolas.

Assim, outro fator que a institucionalização desses saberes expõe é a relação de áreas universalmente conhecidas e reconhecidas - dentro e fora da comunidade científica - com a produção de conhecimentos aplicados em setores como agricultura, pecuária, medicina, construção de estradas, urbanização, indústria, etc., e que trazem resolução de problemas e benefícios à sociedade e, principalmente, aos setores econômicos¹⁴. Por isso, não é por acaso que as instituições, constantes no quadro acima,

¹³ Ainda conforme Schwartzman escaparam do domínio do direito canônico e dos códigos lusitanos tradicionais para receberem um influxo de diferentes influências do pensamento liberal europeu.

¹⁴ No caso da Escola de Belas- Artes de Pernambuco, que surgiu em 1932, vale reproduzir a análise feita por Luiz Antônio Cunha sobre o nascimento dessas escolas no Brasil: “Entretanto, é fácil verificar que a seleção cultural para o ingresso na Academia de Belas-Artes era bem diferente do adotado nas faculdades de medicina, de direito e nas escolas militares. Para ingresso na academia, apenas as “primeiras letras”; nas outras escolas, exames preparatórios que mostrassem a posse de um capital/escolar de longa e difícil obtenção. Parece que a facilidade relativa de ingresso aos estudos de belas-artes residia no fato de que eles não garantem privilégios ocupacionais aos seus possuidores, na burocracia do Estado, nem de

são implantadas em Pernambuco. Sem dúvida, a história política e econômica, que fez de Pernambuco um pólo econômico importante durante séculos no Brasil (ANDRADE, Idem; RIBEIRO, 1995), devido ao cultivo da cana-de-açúcar (engenhos e usinas), e sua ligação com os centros de Poder e com mercados econômicos, deixou suas fortes marcas também no plano educacional. Aliás, isso foi fenômeno comum aos grandes centros econômicos e políticos no País, a exemplo de instituições de ensino criadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

Tudo isso permitiu e influenciou a institucionalização de espaços que legitimassem a condição das classes abastadas, inclusive apoiando-se na ciência. Mesmo seu desenvolvimento sofrendo uma estagnação entre o fim do século XIX e início do XX, Pernambuco produziu uma história importante e deixou de herança uma cultura do fazer da ciência significativa para o País. Essa herança é ressaltada por um dos entrevistados, o Professor Dr. Arnóbio Gama¹⁵. Segundo ele:

Acho que Pernambuco tem relativamente uma tradição científica e cultural. Acredito que isto seja devido ao fato de que na época em que o ensino superior estava se iniciando no Brasil, Pernambuco vinha de uma posição econômica comparativamente melhor. Recife era um pólo regional e para aqui migraram muitos estudantes. Hoje a atividade científica está institucionalizada, mas não era assim quando começou e tivemos grandes cientistas nesta fase pré-histórica da ciência brasileira: Oswaldo Gonçalves de Lima, Luiz Freire, Aluísio Bezerra Coutinho, Nelson Chaves, Gilberto Freyre, etc. José Leite Lopes, que daqui saiu, como muitos outros, para se projetar no Rio de Janeiro e no exterior foi testemunha da influência da atmosfera científica que existia na época na Escola de Engenharia (Prof.Dr. Arnóbio Gama do departamento de química da UFPE).

A descrição do depoimento acima permite entender que a história de Pernambuco ofertou condições para que o campo científico fosse construído, formando inúmeros cientistas de diversas áreas reconhecidos nacionalmente, a exemplo de “Oswaldo Gonçalves de Lima, Luiz Freire, Aluísio Bezerra Coutinho, Nelson Chaves, Gilberto Freyre, José Leite Lopes”; e que colaboraram para a construção de um habitus científico. Além disso, é interessante observar algumas questões as quais Arnóbio Gama faz menção sobre a “influência da atmosfera científica que existia na época na Escola de

exercício de atividades profissionais controladas por grupos corporativos, como era o caso típico da medicina” (CUNHA, 2000, p. 120).

¹⁵ Foi Diretor Científico da FACEPE no período de 2006 a 2013. Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco. Informações disponíveis em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 13 mar. 2012.

Engenharia”, na primeira metade do século XX, isto é, “atmosfera científica” que tem a ver com a cultura científica existente na Escola de Engenharia e que era propícia por já deter um saber-fazer da ciência; e explicita a força da área de exatas e engenharias (Oswaldo Gonçalves de Lima, Luiz Freire, José Leite Lopes) e da saúde (Aluísio Bezerra Coutinho, Nelson Chaves), pois quando faz referência a outras áreas cita apenas um estudioso que se destacou (Gilberto Freyre)¹⁶. E ao destacar as áreas de saúde (dois professores do curso de medicina), de exatas e de engenharia (quatro acadêmicos), quando cita a Escola de Engenharia do Recife, fato que tem a ver com a formação profissional do próprio entrevistado (professor da área de química na UFPE), é inegável que essas ciências ocuparam papel de destaque na consolidação do campo científico de Pernambuco juntamente com a mencionada Faculdade de Direito, não fugindo à regra de uma condição universal da ciência moderna. O professor Diogo Simões, indo em linha similar ao professor Gama, frisou o valor das instituições implantadas em Pernambuco e a tradição que elas construíram, e o que isso significa para os dias de hoje:

Essas instituições mais antigas proporcionam, digamos assim, tradição em se interessar por ciência e em ter proximidade com centros ou correspondência com centros produtores de ciência. Evidentemente o fato de Pernambuco, diferentemente de outros estados, contar com instituições relativamente, para o padrão brasileiro, antigas, 1827 para os cursos de Direito, mas também com mais de cem anos, para as escolas de engenharia etc., então, isso nos ajuda, isso nos ajuda a ter uma cultura científica relativamente desenvolvida [diante do caso Europeu] (Prof. Dr. Diogo Simões, departamento de Bioquímica da UFPE, 03/01/2012).

Quando Diogo Simões afirma que essa tradição institucional “nos ajuda a ter uma cultura científica relativamente desenvolvida” e que elas “proporcionam [...] tradição em se interessar por ciência”, ele reconhece as condições institucionais oportunizadas por sua rica “atmosfera científica”, seu *ethos* e cultura científica que cultivam e praticavam por meio e enquanto resultado das atividades dos seus cientistas.

¹⁶ Os cientistas citados pelo Professor Arnóbio Gama, entre outros, serão homenageados com uma publicação de um livro, como resultado do projeto intitulado “Caravana dos Notáveis Cientistas Pernambucanos”. O projeto tem a coordenação do Professor Ivon Palmeira Fittipaldi e conta com o apoio da Assembléia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), a FACEPE, o CNPq, a ReNE/MCTI e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (SECTEC). É importante mencionar também que também foi criada a Lei Estadual 13.176, datada de 28 de dezembro de 2006, fruto da iniciativa da ALEPE, instituiu o Memorial público de homenagens póstumas de chamado “Notáveis Cientistas Pernambucanos: um memorial de seu povo”.

Das quatorze instituições de pesquisas criadas em Pernambuco até 1989, seis nasceram entre os anos de 1930 a 1960 (ver quadro), período em que o aparelho estatal ampliou-se em todos os ramos na sociedade. O essencial a ser observado é que as necessidades econômicas, culturais, políticas e sociais foram exigindo – cada vez mais - o aumento do aparato burocrático, que se clarificou também no aparecimento de instituições de pesquisa e ensino produtoras de um corpo de profissionais voltados exclusivamente para o saber-fazer científico, sendo pagos para isso, portanto. Dessa forma, desenvolveu-se a constituição de um *habitus* profissional, especificamente o profissional da ciência.

Isso não é um fenômeno local e isolado, mas sim de caráter nacional, embora não tenha sido de forma igualitária. De 1930 a 1945, o Poder Público amplia seu poder e dimensão de influência na sociedade brasileira. A chegada de Getúlio Vargas ao Governo Federal, com a revolução de 1930 e a queda da República Velha, a instalação do Estado Novo e o planejamento estatal expandiram consideravelmente a burocracia pública. Nessa época são criadas leis (trabalhistas, previdenciária, sindical), órgãos e empresas públicas importantes (Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce Hidrelétrica do São Francisco), que passam dar uma nova dinâmica à economia brasileira. As décadas seguintes vão seguir a trilha dessa expansão estatal, especialmente por conta do ideário desenvolvimentista (IANNI, 1996). E mesmo com a saída de Getúlio Vargas, o ideário desenvolvimentista foi a tônica da ação estatal, até meados dos anos de 1980.

Entre as décadas de 1940 a 1960, surge em Pernambuco três (3) universidades (duas federais e uma estadual) e quatro centros/institutos de pesquisa, dois federais e dois estaduais (ver Quadro). Desse conjunto, três fatos merecem destaque, por conta de suas dimensões institucionais e repercussões no estado: (1º.) a criação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1942; (2º.) a criação da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em 1949, que surgiu com o nome de Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social (IJNPS)¹⁷; (3º.) e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 1962.

¹⁷ A mudança de Instituto para Fundação ocorreu em 1980: “na ocasião do 80º aniversário de Gilberto Freyre, é decretada a transformação do IJNPS em Fundação (Fundaj) vinculada ao MEC, de utilidade pública, com personalidade jurídica de direito privado e gozando de autonomia científica e administrativa” (FRESTON, 1989, p. 317).

O surgimento das aludidas universidades trouxe maior consolidação ao campo científico local, em suas mais diversas áreas, dando um sentido mais coletivo ao mesmo. Por exemplo, a UFPE surgiu a partir da secular Faculdade de Direito do Recife (FDR), da Escola de Engenharia de Pernambuco, da Faculdade de Medicina do Recife e da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Já a UFRPE é oriunda da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, que passou a congregar esforços ligados às ciências agrárias.

No caso da Fundaj, a mesma resultou de uma demanda por um instituto de pesquisa social no Nordeste brasileiro, cujo eminente sociólogo Gilberto Freyre¹⁸ tornou-se seu proponente junto ao Governo Federal. Freyre era, na época, deputado federal e um dos grandes vultos do pensamento social brasileiro. Foi a atuação do referido sociólogo, na qualidade de pesquisador reconhecido dentro e fora do país, que viabilizou, seja do ponto de vista acadêmico, quanto financeiro, a implantação da Fundação (FREESTON, 1989). É bom frisar que a Fundaj ocupou um papel importante em termos acadêmicos¹⁹, especialmente para a institucionalização das Ciências Sociais por meio de um centro de pesquisa, vindo a somar-se a outros esforços produzidos por faculdades no país (BÔAS, 2006). Na mesma linha de pensamento tal questão também foi ressaltada pelo professor de sociologia da UFPE Souto Maior (2009, p. 10), quando mencionou que “a criação e a instalação do Instituto Joaquim Nabuco foram, portanto, naquela época, um marco, um momento crucial para as ciências sociais em Pernambuco”. Além disso, teve como meta produzir, através de suas pesquisas sociais, sugestões para uma agenda de ações públicas, visto que a sua missão voltou-se para se debruçar sobre o debate e os estudos da realidade brasileira e, fundamentalmente, das regiões Norte e Nordeste, com vistas a contribuir para superação das desigualdades regionais no Brasil, embora isso não se confundisse com uma atuação política da referida instituição ao resguardar seu caráter de órgão de pesquisa.

¹⁸ Freyre já tinha escrito várias de suas obras mais consagradas: *Casa Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mocambos* (1936) e *Nordeste* (1937), por exemplo. Desse conjunto de obras emblemáticas, a única que apareceu posterior à criação da Fundaj foi *Ordem e Progresso*, de 1957. Freyre, posteriormente ao surgimento do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, veio a integrar o quadro de pesquisadores da Fundaj, sendo a sua principal referência intelectual até o seu falecimento em 1987 na cidade do Recife (PE).

¹⁹ A Fundaj tornou-se a casa de vários pesquisadores de renome nacional, a exemplo de Dirceu Pessoa, Manoel Correia de Andrade, Tânia Bacelar, Clóvis Cavalcanti, Gilberto Osório, José Antonio G. de Melo (o primeiro presidente do órgão), dentre outros.

Depois da década de 1960, surgiu apenas o HEMOPE em 1977, enquanto instituição de pesquisa ligada ao aparelho público estadual. De maneira geral, as décadas seguintes vão colher os frutos dessas instituições, da institucionalização do saber acadêmico nos mencionados locais de ensino, pesquisa e/ou extensão, de suas expansões. O habitus dos acadêmicos em Pernambuco já havia se consolidado por meio desses órgãos públicos, que as construíram ou foram formados por elas no decorrer de mais de um século após o aparecimento da Faculdade de Direito do Recife.

No que se refere à Facepe, criada através da Lei 10.401 de 26 de dezembro de 1989, esta instituição desempenha atividade diferente das demais por ser uma agência de fomento à pesquisa, a primeira do gênero no Nordeste. No entanto, a força da comunidade científica local, aliada a um conjunto de mudanças nos diversos campos (político, social e econômico) no cenário nacional e apoio do governo do estado fizeram com que a Fundação surgir-se, se estabelecesse e compusesse o conjunto de instituições do campo científico local (cabe destacar que os cargos de dirigentes – Diretor Científico e Diretor Presidente – são ocupados por pesquisadores de instituições de ensino e centros de pesquisas localizados em Pernambuco).

Em depoimento para esta pesquisa, o Professor Diogo Simões aludiu aspectos que merecem destaques e que podemos relacionar à constituição de um *ethos* acadêmico. Argumentou, então, o entrevistado:

É apenas da década de 60, ou, aliás, no caso de Pernambuco, acho que apenas a partir da década de 70 que existe a criação do tempo integral nas universidades, que é um fator absolutamente determinante para existir a possibilidade concretamente de alguém que é profissionalmente full time, em tempo integral dedicado na produção do saber e atividades de ensino também. Isso é muito tardio na história brasileira, na história de Pernambuco, e, portanto, isso tem repercussões, levou muito tempo até, por exemplo, que o corpo docente das grandes instituições fosse majoritariamente representado por pessoas em dedicação exclusiva. Uma boa parte deles, durante muito tempo ainda, continuou sendo a de professores que eram essencialmente professores apenas (Prof. Dr. Diogo Simões, departamento de Bioquímica da UFPE, 03/01/2012).

O relato ofertado permite-nos relacioná-lo, guardadas as devidas proporções, à noção weberiana de profissão, pois, quando Diogo Simões diz que “a criação do tempo integral nas universidades, que é um fator absolutamente determinante para existir a possibilidade concretamente de alguém que é profissionalmente *full time*” foi decisivo

para o saber-fazer da ciência em Pernambuco, ele aponta para o surgimento de um perito que vai viver exclusivamente de seu saber-fazer em tempo integral.

Mais uma vez, recorre-se ao que Weber (2002) chamou de perito profissional, uma vez que este exerce uma determinada atividade especializada dentro da burocracia, isto é, “o conhecimento especializado do perito torna-se a base da posição de poder ocupante do cargo” (Idem, p.165), e assim, “o funcionário recebe compensação pecuniária regular de um salário normalmente fixo e a segurança na velhice representada pela pensão” (Ibidem, p. 143), para dedicar-se a certa profissão. Esta condição possibilitou o desenvolvimento tanto da profissionalização do cientista (fazer-se cientista) quanto da institucionalização da atividade científica, não só em Pernambuco, mas de forma universalizada. O fundamental disso tudo é dizer que esse profissional da ciência é sinônimo e resultado do aumento do aparato burocrático.

Essa discussão corresponde à consolidação das práticas desenvolvidas pelo habitus do ofício de pesquisador e que pode ser também entendido sob mais um ponto de vista de Pierre Bourdieu (2008) quando frisou que “um cientista é a materialização de um campo científico e as suas estruturas cognitivas são homólogas à estrutura do campo e, por isso, constantemente ajustadas às expectativas inscritas no campo” (Idem, p.62). Isso significa dizer que o pesquisador constrói o campo, mas o inverso também é verdade, já que eles se auto-alimentam, um legitima o outro. Essas questões podem ser entendidas e relacionadas também pelo conceito de ação social de Weber, particularmente quando diz respeito a *fins*, pois o cientista é “[...] aquele que orienta sua ação conforme o fim, meios e conseqüências implicadas nela e nisso avalia racionalmente os meios relativamente aos fins, os fins como relação às conseqüências implicadas e os diferentes fins possíveis entre si” (WEBER, 2001, p. 418). Essas ações estão objetivamente relacionadas com o *habitus* do campo científico, ou seja, os princípios interiorizados e transmitidos, considerando os traços distintivos, características específicas no campo científico.

Portanto, a necessidade de um perito profissional da ciência e a normatização da dedicação exclusiva são fatores inerentes à profissão de pesquisador, aspectos que são desdobramentos do próprio *ethos* acadêmicos e da necessidade da cultura científica de reproduzir-se, bem como essenciais ao desenvolvimento da burocracia moderna. De maneira geral,

As instituições educacionais do continente europeu, especialmente as de instrução superior – as universidades, bem como as academias técnicas, escolas de comércio, ginásios e outras escolas de ensino médio – são dominadas e influenciadas pela necessidade de tipo de “educação” que produz um sistema de exames especiais e a especialização que é, cada vez mais, indispensável à burocracia moderna (WEBER, 2002, p.167-168).

Ademais, esse *ethos*, essa cultura científica é parte de um modo de vida, de um jeito de ser e estar no mundo, pois “o verdadeiro princípio das práticas científicas é um sistema de disposições-base, em grande parte inconscientes, transponíveis, que tendem a generalizar-se. Esse *habitus* assume formas específicas segundo as especialidades” (BOURDIEU, 2008, p. 63, grifo do autor).

Indo na mesma direção, Burke (2003) destacou duas características significativas do início da burocracia moderna na Europa: por um lado, o crescimento no número de funcionários e, do outro, o surgimento de estruturas para funcionarem como repartições públicas. Podemos dizer que a atividade científica exige a posse de diplomas escolares e “está habitualmente ligada à qualificação para o cargo. Naturalmente, essas certidões ou diplomas fortalecem o ‘elemento estamental’ na posição social do funcionário” (WEBER, 2002, p.141).

Para tanto, o saber acadêmico consolidou a sua relativa autonomia frente a outras esferas e campos sociais no decorrer de todas essas décadas, especializando-se cada vez mais e produzindo demandas típicas do seu universo peculiar em relação ao poder público (apoio à pesquisa e extensão, instalações de laboratórios, bolsas, pós-graduação, publicações, ensino, etc.). Sendo assim, os acadêmicos deixaram de ser homens da política e, com isso, suas teses abdicam da condição de doutrinas oriundas de debates e embates ideológicos, como no passado. Não que as ideologias e a política não existam na constituição do saber acadêmico, é que elas passaram a ser “silenciadas” diante de um discurso científico, objetivo e metódico, a saber, política e ideologia foram “negadas” pela constituição de um *habitus* acadêmico, pela profissionalização dos cientistas e institucionalização da ciência.

Um fato importante foi o surgimento de cursos de Pós-Graduação em Pernambuco na década de 1960 e 1970, a exemplo dos Mestrados ligados às áreas da Física, de outras Ciências Exatas, Saúde e da Natureza, e em Economia e Sociologia. Esses vão solidificar ainda mais o campo científico no Estado, com a qualificação de quadros e fixação dos mesmos nas instituições federais, como a UFPE; e é a partir desse

surgimento que os agentes começam a sentir ainda mais necessidade de apoio às iniciativas para a atividade de pesquisa²⁰.

Nesse sentido, a conversa com o Professor Dr. Sérgio Rezende (do Departamento de Física da UFPE) é bastante ilustrativa, pois ele revelou um aspecto valioso do *habitus* científico em Pernambuco. Ao chegar ao estado de Pernambuco na década de 1970, após sua passagem pela PUC do Rio de Janeiro, munido de um capital (científico e escolar), encontra na UFPE um ambiente propício para a pesquisa, embora fosse ainda incipiente.

Naquele contexto histórico, foi o aumento da institucionalização da atividade científica, a expansão da pós-graduação e de pessoas especializadas em Pernambuco entre os decênios de 1970 e 1980 - não só mais na UFPE, bem como na UFRPE e UPE, que se gerou a necessidade de financiamento para pesquisa e, conseqüentemente, a cobrança junto ao Poder Público Estadual para constituição de uma agência destinada às necessidades da comunidade científica pernambucana, advindo das demandas oriundas do *habitus* acadêmicos, do *ethos* científico. Sobre isso Rezende foi claro:

Quando eu vim para Pernambuco e depois vieram os colegas recém-doutores, havia poucos grupos de pesquisas com doutores e com experiência internacional. Tinha um na física, havia na matemática, havia na sociologia, havia na economia, havia na medicina, havia na biologia, nas ciências

²⁰ O surgimento e expansão da Pós-Graduação – juntamente com a criação e ampliação das agências e políticas de fomento – foram importantes em todo o Brasil. No intuito de complementar as ideias pertinentes a este debate, mais especificamente sobre a produção científica das Ciências Sociais, vale destacar o estudo realizado por Renato Ortiz (2002, p.186): “até meados dos anos de 1960, a produção sociológica restringe-se a poucos lugares do país. Mesmo em São Paulo, ela é incipiente. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, entre 1945 e 1965, foram defendidas somente 41 teses (incluindo livre-docência, doutorado e mesmo), considerando-se todos os trabalhos de Antropologia, Sociologia e Ciência Política”. O autor ainda ressaltou que “o panorama nacional em Antropologia não era muito diverso: em 1953 havia 41 sócios inscritos na Associação Brasileira de Antropologia. Números modestos, que atestam a existência de um volume reduzido de profissionais girando em torno de algumas figuras centrais como Florestan Fernandes, Arthur Ramos, Darcy Ribeiro (Idem, p. 186). O estudo empreendido por Ortiz ainda revela que essa situação sofreu fortes mudanças “com a criação de uma política de pós-graduação e de financiamento. Organismos como a Finep, Capes, CNPq, Fapesp e até mesmo a Ford, que em 1967 fez sua primeira doação ao Departamento de Ciência Política da UFMG, iniciam um apoio mais efetivo às Ciências Sociais”. O estudioso ainda mencionou que foram criados “os programas de Antropologia do Museu Nacional (1968) e na Unicamp (1971), de Ciência Política da IUPERJ (1969), de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (1967) e na Universidade de Brasília (1970), de Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (1968). Ao longo da década de 1970, essa tendência de implementação de novos cursos se amplia em todo o País. Entre 1976 e 1984 foram aprovadas 971 teses de mestrado e 145 de doutorado, dados ainda modestos, se os comparamos a países como França ou Estados Unidos, mas que realmente contrastam com os anteriores. Nos anos de 1990, essa tendência irá acelerar-se, fazendo com que o País seja dotado de uma rede nacional de pós-graduação e pesquisa” (Ibidem, p. 186-187).

biológicas, fisiologia, mas era grupo com poucas pessoas e não havia de uma maneira geral, nos anos 70, um ambiente, na universidade toda, de valorização da pesquisa. A grande maioria dos professores era tempo parcial, não fazia pesquisa. Isso resultou num certo choque de gerações, mas que gradualmente, já nos anos 80, o número de pessoas com formação em pesquisa foi aumentando, aumentando e ganhando peso e nós começamos a sentir a falta de um órgão de financiamento estadual. Porque nós dependíamos inteiramente do CNPq, da Finep. [...] E foi quando na campanha pra eleição que foi eleito Miguel Arraes, em 1986, nós começamos a fazer movimento entre os professores pra fazer proposta para que o governo de Pernambuco tivesse uma política de financiamento da pesquisa. Aí então Arraes foi eleito e esse grupo acabou sendo convidado a redigir propostas concretas. E nós fizemos então uma proposta de se criar uma Fundação Estadual de Apoio à Pesquisa, a exemplo da Fapesp que é o grande exemplo de instituição estadual (Sérgio Rezende, professor de Física da UFPE e ex-ministro da Ciência e Tecnologia - 26/10/2011)

O depoimento do entrevistado aponta, pelo menos, duas importantes questões (sobre) inerentes ao *habitus* do campo científico:

1º) O cenário descrito permite entender que os campos, acadêmico e científico, sofreram mudanças em virtude do aumento do número de professores com titulação de doutor e certamente, devido à entrada de pesquisadores na universidade na década de 1980. A situação na década anterior era oposta, pois a maioria dos professores apenas ministrava suas aulas em tempo parcial, já que a atividade de pesquisa era ainda incipiente, inclusive pelo baixo número de doutores. Na visão de Rezende “*isso resultou num certo choque de gerações*”, ou seja, isso reflete as tensões no campo entre os agentes, antigos e recém-chegados, que ocupam o espaço social (a universidade). Houve, portanto, uma mudança nas normas do campo, no *habitus*, onde o pesquisador precisou adequar-se para se manter ou passar a ter condições de disputas, tanto por recursos financeiros, quanto por capital simbólico. Ainda, segundo o entrevistado, é em virtude dessa conjuntura que a comunidade científica local passou a sentir necessidade de um órgão de apoio à pesquisa em âmbito estadual, que se traduziu na implantação da Facepe, situação que mostra, historicamente, o peso e a importância das agências de fomento em âmbito geral (CNPq, Capes, Finep, Fapesp), quando o campo científico estabeleceu-se.

Nessa perspectiva, Baiard mostrou que:

O século XX tem como marca uma radical transformação na condição do homem de ciência, cujo papel, se bem que em muitos casos associado, sobrepõe-se ao do professor universitário. Desaparece também a figura do pesquisador artesão ou quem pesquisa o que quer ou considera relevante. Em

lugar dessa ampla liberdade de escolha, surge a figura do “projeto de pesquisa” submetido à burocracia do centro de pesquisa, ao departamento universitário, ao comitê de *experts* da fundação, à agência de financiamento, etc. (BAIARDI, 1996, p. 173, grifos do autor).

2º) O depoimento também revela, ao mesmo tempo, a força e a distinção dos cientistas ligados às áreas das exatas, principalmente, e da saúde frente a outras, o que demonstra o seu estabelecimento histórico no campo, a capacidade de reproduzir sua autoridade na comunidade científica e de se fazer ouvir pelo poder público, no sentido de conseguir apoio para suas pesquisas e estudos, o que vai legitimar a própria necessidade de nascimento da Facepe. Ademais, são esses mesmos cientistas que buscaram, para ter maiores condições de exercerem seu ofício, uma opção local de agência de fomento, como existia em São Paulo (a Fapesp), “porque nós dependíamos inteiramente do CNPq, da Finep” (Sérgio Rezende).

Corroborando com o discurso proferido por Rezende, mais uma vez, é o professor Arnóbio Gama quem destacou:

Certamente, foi a partir das lideranças vinculadas ao Departamento de Física da UFPE, expandindo-se para o Centro de Ciências Exatas e da Natureza e agregando pesquisadores de outros núcleos de pós-graduação, em aproximação com o Governo Arraes, que surgiu a proposta e, enfim, a criação da Facepe (Professor Doutor Arnóbio Gama, professor do departamento de química da UFPE).

Os profissionais dessa área buscaram apoio para suas pesquisas porque reconhecem sua condição privilegiada, visto que são historicamente legitimadas pelas instituições, pelo *habitus* existente no campo científico, e sabem, acima de tudo, da importância que a produção de seus estudos tem para áreas essenciais da sociedade, como a economia, a saúde. Dessa maneira, são reconhecidos pelos campos econômicos e políticos, o que permite a esses cientistas maior poder, que o de outras áreas, a exemplo das ciências sociais, de pressão sobre os referidos campos. Foi a cobrança e a aproximação desses cientistas “com o Governo Arraes, que surgiu a proposta e, enfim, a criação da Facepe” (Arnóbio Gama).

Diante das questões discutidas é possível remetê-las à noção de campo científico elaborada por Bourdieu (2003, p. 122-123) quando este frisou que “o campo científico – sistema de relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores - é o lugar, o

espaço de jogo de uma luta concorrencial”. Para o autor, o que está em jogo nessa luta é:

[...] o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (Idem, p. 122-123, grifos do autor).

Além do que foi destacado acima, nunca é demais desconsiderar que as áreas exatas, da natureza e da saúde requerem altos investimentos para executar suas pesquisas, especialmente por conta de sua infraestrutura (equipamentos, por exemplo) para a efetivação de constantes experimentos. A ação empreendida pelos cientistas refletiu essa e outras necessidades de apoio, que se apresentaram na criação de um órgão local de fomento à pesquisa: a Facepe.

É esse *habitus científico* - presente nos homens e mulheres da ciência - que possibilitou a luta pela criação de uma Fundação de Amparo à Pesquisa local na década de 1980, incluída no movimento nacional conhecido como redemocratização do país e, conseqüentemente, de Pernambuco, após vinte e quatro (24) anos de forte ditadura militar (1964-1985). A campanha e eleição de Miguel Arraes, em 1986, como governador do referido estado significou essa transição democrática.

No geral, os acadêmicos locais desejosos da mesma condição de fazer ciência em condições iguais aos cientistas do sul e do sudeste brasileiro (os investimentos públicos tinham produzido grandes desigualdades regionais²¹) passaram a cobrar do Governo do Estado condições para, no mínimo, diminuir esse fosso, e o surgimento da Facepe, em 1990, foi uma das respostas, a mais objetiva e de maior fôlego vinda do Estado, para fortalecer o campo científico e atender as novas demandas pressionadas por um *habitus* acadêmico cada vez mais competitivo e universal, do qual os cientistas ligados às referidas instituições pernambucanas não poderiam ficar à margem, especialmente com a expansão da cultura do *Currículo Lattes*.

²¹ Sobre a questão das desigualdades regionais recorre-se a Schwartzman (2001) que frisou que “a concentração de recursos institucionais e financeiros em São Paulo e Rio de Janeiro inibia projetos semelhantes em outras regiões. Os melhores estudantes da Bahia, do Nordeste, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul – os que podiam fazê-lo – iam estudar naquelas duas cidades, e normalmente não retornavam aos estados de origem” (p. 132).

É claro que o apelo social foi utilizado para isso, pelo campo científico local, pois a produção de saber acadêmico seria importante para o desenvolvimento de tecnologias produtivas para a indústria e agricultura, melhoria da saúde, geração de emprego e renda, dentre tantas questões realizadas na parceria entre ciência e sociedade, entre ciência e economia, entre ciência e as políticas públicas, fato comum aos países de capitalismo desenvolvido e as regiões sul e sudeste do Brasil. A combinação disso não só traria à ciência local uma situação de ruptura de desigualdade frente a outras regiões, mas como a própria sociedade e economia pernambucana frente a outros estados brasileiros. Como já aludido, o campo científico local buscava, assim, apoio em outros campos para se fortalecer, seja no campo da política, seja no campo da economia²²; e o surgimento e funcionamento da Facepe significam uma das dimensões de continuidade e recriação do campo científico e seu habitus em Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido, é possível afirmar que as instituições implantadas em Pernambuco tiveram peso decisivo na consolidação do campo científico e também para o fortalecimento da comunidade científica local.

As condições históricas e universais do campo científico, isto é, o habitus do fazer da ciência, apresentadas acima influenciou as práticas dos agentes através do fazer-se cientista no âmbito das organizações acima mencionadas e que fortemente

²² Num livro autobiográfico (intitulado *Momentos da Ciência e Tecnologia no Brasil: uma caminhada de 40 anos pela C&T*), o emérito pesquisador da UFPE e ex-ministro da Ciência e Tecnologia (do Governo Lula, no período de julho de 2005 a dezembro de 2010) Sérgio Rezende ofertou passagens ricas e que merecem ser destacadas a respeito das questões citadas em parágrafos anteriores, especialmente por ser também Rezende um dos cientistas que foi um dos porta-vozes pela criação da FACEPE. Em um dos momentos do escrito feito em parceria com renomados cientistas (Ricardo Ferreira, José Roberto Rios Leite, André Furtado e Abraham Sicsu), Rezende (2010) ressaltou que em Pernambuco sempre houve um potencial científico e tecnológico relevante, em vista de boas instituições, bons laboratórios universitários e grupos de pesquisa existentes no Estado. Vale salientar que o autor criticava (já em 1986) – como fica claro em um de seus artigos que integram o livro, que recebeu o título *de Proposta para ações do governo de Pernambuco em Ciência e Tecnologia* - a falta de políticas de governo – advindas do Estado Pernambuco - voltadas para a melhoria das condições de trabalho para pesquisadores e técnicos, que se somavam à falta de estímulo para a formação de estudantes para a pesquisa científica, bem como “a atração de pessoal de alto nível para o Estado e a transferência de resultado da ciência e da tecnologia para melhoria da indústria, da agricultura, do meio-ambiente e das condições de saúde e alimentação do povo” (Idem, p. 140). Também sugeria algumas medidas para atingir esses objetivos, dentre eles, a criação do Fundo Estadual de C&T, o que serviria para estimular a formação de recursos humanos e as atividades de pesquisa no Estado e que viria a ser a FACEPE, três anos após.

contribuíram para a constituição do campo científico em Pernambuco. As instituições são determinantes para que haja pesquisa, extensão, formação de recursos humanos, divulgação científica, publicações, intercâmbio entre cientistas, etc., sem elas o *habitus* do campo científico inexistiria. No caso de Pernambuco, receberam forte influência em relação ao Poder Público Estadual, a partir de uma agenda de reivindicação que teve na ideia de constituição da Facepe, a Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP) seu ponto central nos anos de 1980.

O estado de Pernambuco, conforme discutido na primeira parte deste artigo foi palco de diversas manifestações da comunidade científica que começava a ser tecida mediante a criação da Faculdade de Direito do Recife, instituição que formou muitos intelectuais do pensamento social brasileiro a exemplo de Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Sílvia Romero, Castro Alves, entre outros.

O *ethos* científico para reproduzir-se com qualidade e permitir possibilidades de melhor inserção - não só estadual, mas nacional - dos cientistas pernambucanos viram na construção de um novo aparato institucional, de uma nova ação burocrática, algo fundamental ao longo dos anos e das várias instituições; e a implantação de uma agência de fomento de C&T (a Facepe) em Pernambuco tornou-se esse espaço institucional, onde o *ethos* acadêmico apresentou-se, apoiou-se e compôs o cotidiano desta Fundação, antes mesmo do seu surgimento em 1989.

É diante dessas particularidades que as universidades e institutos de pesquisas, além da Facepe, são compreendidos como microcosmos do campo científico em Pernambuco. Nesses espaços legais de atuação há uma manifestação do fazer-se pesquisador, fazer-se cientista e do saber-fazer da ciência, isto é, há uma reprodução das práticas universais do campo científico, seja nas universidades, seja nos órgãos de pesquisa e na agência de fomento, que foram capazes de criar uma institucionalização da ciência. Além disso, tais instituições são resultados da ação e atuação dos agentes, a saber, da constituição de um campo científico e de um *habitus* específico, que se fundam mutuamente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde (1999). **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks.

ALENCAR, Ana Lúcia Hazin (2008). **Estilo de vida e sociabilidade**: relações entre espaço, percepções e práticas de lazer na sociedade contemporânea. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana.

ANDRADE, Manuel Correia de (2005). **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª Ed. São Paulo: Cortez.

BAIARDI, Amilcar (1996). **Sociedade e Estado no apoio à Ciência e Tecnologia**: uma análise histórica. São Paulo: Hucitec.

BÔAS, Gláucia Villas (2006). **Mudança provocada**: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

BURKE, Peter (2003). **Uma História Social do Conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BOURDIEU, Pierre (1996). **Razões práticas**. Campinas: Papirus.

_____ (2008). **Para uma sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70.

DEL PRIORI, Mary; VENÂNCIO, Renato (2006). **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro.

FRESTON, Paul (1989). “Um Império na Província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife”. In: MICELI, Sérgio. (Org). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1, São Paulo: Vértice/ Ed. dos Tribunais/IDESP, p. 316-358.

GODOI, Emília Pietrafesa de (1999). **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Ed. Unicamp.

IANNI, Octávio (2004). **Estado e capitalismo**. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense.

MOURA, Carlos André Silva de (2010). **Fé, Saber e Poder**: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937). Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

NABUCO, Joaquim (1988). **Campanha abolicionista no Recife**: eleições 1884. Recife: Fundaj/Editora Massangana.

ORTIZ, Renato (2003). “O Campo Científico”. In: ORTIZ, Renato (Org.) **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, p. 112-143.

RIBEIRO, Darcy (1995). **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, I. M. dos; LIMA, A. P. S. R.de; COSTA, G. M. A. da (2010). O Ensino Superior no Brasil e a Criação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). In: V Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas (V EPEAL), Alagoas. **Anais eletrônicos**. Alagoas: UNEAL, 2010. Disponível em: [http://dmd2.webfactional.com/media/anais/O-ENSINO-SUPERIOR-NO-BRASIL-E-A-CRIACAO-DA-UNIVERSIDADE-FEDERAL-RURAL-DE-PERNAMBUCO-\(UFRPE\).pdf](http://dmd2.webfactional.com/media/anais/O-ENSINO-SUPERIOR-NO-BRASIL-E-A-CRIACAO-DA-UNIVERSIDADE-FEDERAL-RURAL-DE-PERNAMBUCO-(UFRPE).pdf). Acesso em: 05 mai. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon (2001). **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos.

SOUTO MAIOR, H.P (2009). A Fundação Joaquim Nabuco e o campo das ciências sociais no Brasil: a sociologia. **Revista Ciência & Trópico**, Recife, v. 33, n. 1, p. 09-24.

WEBER, Max (2001). **Metodologia das ciências sociais**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2 parte.

_____ (2002). **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC.

WEFFORT, Francisco (2006). **Formação do pensamento político brasileiro**: ideias e personagens. São Paulo: Ática.